



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

1/9

TERMO DE CONTRATO Nº 35/2022 PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MARGENARIA, QUE
FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO
DE JANEIRO E A EMPRESA SLM RECURSOS
HUMANOS LTDA.

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Vice-Diretor do Foro, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa SLM RECURSOS HUMANOS LTDA, estabelecida na Rua México, nº 21, apt. 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 11.192.894/0001-85, representada neste ato pelo Sra. Priscilla Lima de Figueiredo, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº 82/2022, firmam o presente Termo, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.846/13, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e, sujeitas as partes a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - Prestação do serviço de margenaria, conforme Termo de Referência e Anexos do Edital do Pregão acima citado, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 – Os serviços deverão ser executados conforme especificado no Termo de Referência e seus Anexos;

2.2 – O prazo para o início da execução dos serviços será a partir do dia 06 de dezembro de 2022;

2.3 - Os serviços deverão ser executados nos endereços elencados no Anexo V do Termo de Referência, havendo a possibilidade de inclusão e exclusão de imóveis no decorrer deste Contrato, a critério da Contratante;

2.4 - Todos os equipamentos, ferramentas e materiais de consumo necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada, na forma dos Anexos VI e VII do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos serviços objeto deste Contrato, o valor mensal de R\$ 26.390,38 (vinte e seis mil trezentos e noventa reais e trinta e oito centavos), conforme discriminado a seguir:

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
Marceneiro	2	7.342,53	14.685,06
Auxiliar de Marceneiro	2	5.852,66	11.705,32
TOTAL			26.390,38

3.2 - O valor global deste Contrato é de R\$ 633.369,12 (seiscentos e trinta e três mil trezentos e sessenta e nove reais e dez centavos), computados todos os custos, inclusive tributos e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

2/9

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento à Contratada será efetivado mensalmente em até 30 (trinta) dias do recebimento definitivo, por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento. Será realizado, a cada pagamento, o contingenciamento previsto na Cláusula Quinta, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições emanadas dos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e instruções normativas vigentes, salvo eventual atraso de distribuição de recursos financeiros efetuados pelo Conselho da Justiça Federal, decorrente de execução orçamentária;

4.2 – Ficam determinadas neste Contrato as demais condições dispostas no item 15 do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETENÇÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA COM DEPÓSITO VINCULADO:

5.1 - Considerando que os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas são pagos mensalmente à empresa, a título de reserva, para utilização nas situações previstas em lei, o Contratante fará o contingenciamento dos encargos trabalhistas listados a seguir;

- a) Férias;
- b) 1/3 Constitucional;
- c) 13º Salário;
- d) Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- e) Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

5.2 - Os percentuais de retenção e os valores retidos mensalmente em conta corrente vinculada constam especificados no ANEXO 1, parte integrante deste Termo;

5.3 - Os serviços de abertura e de manutenção da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do Banco do Brasil e disponível no endereço eletrônico na Internet: <http://www.bb.com.br/docs/pub/trf/tarifasPJ.pdf>, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil, conforme Termo de Cooperação Técnica nº 16/2015, celebrado entre esta Seção Judiciária e o Banco do Brasil;

5.4 - O valor da taxa de abertura e de manutenção da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação será retido do pagamento mensal devido à Contratada e creditado na conta depósito vinculada bloqueada para movimentação, caso o Banco promova o desconto diretamente na conta;

5.5 - Os depósitos serão efetivados em conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização da Contratante;

5.6 - Os saldos da conta depósito vinculada serão remunerados pelo índice da poupança, conforme Termo de Cooperação Técnica;

5.7 - A fim de cumprir o disposto no art. 147 da CLT (férias proporcionais), bem como o disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 57.155/65 (13º proporcional), a Administração irá reter integralmente a parcela relativa a estes encargos quando a prestação de serviços for igual ou superior a 15 dias dentro do mês;

5.8 - A Contratada possui o prazo de 20 dias, contados do recebimento da notificação emitida por esta Seccional, para entregar a documentação necessária à abertura da conta depósito vinculada e para assinatura do Termo específico da Instituição Financeira que permita à Contratante ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação de valores à autorização da Contratante. (Art. 6º, II, Resolução 169/2013 - CNJ);

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

3/9

5.9 - Excepcionalmente, quando a Contratada der causa a não abertura da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação, e/ou, quando a abertura da conta depósito vinculada ocorrer após as medições, os valores dos encargos trabalhistas serão registrados, provisoriamente, em conta contábil própria do SIAFI, não cabendo qualquer remuneração nesse período até a abertura da referida conta;

5.10 - O não cumprimento injustificado do prazo de entrega da documentação para abertura da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação pela Contratante sujeitá-la-á à multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento) sobre um terço do valor fixo a ser retido mensalmente, calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

5.11 - Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência do valor da conta depósito vinculada bloqueada para a conta judicial, a Contratada deverá, no prazo de cinco dias úteis, repor o valor bloqueado/transferido junto à conta depósito vinculada bloqueada;

5.12 - A ausência de reposição, no prazo estipulado no caput, acarretará glosa do valor correspondente na fatura do mês subsequente ao bloqueio/transferência judicial, sem prejuízo de penalidade administrativa, na forma da lei;

5.13 - Não havendo saldo suficiente na fatura indicada no parágrafo anterior para a recomposição do saldo, deverá a glosa ocorrer nas faturas seguintes, até sua total quitação;

5.14 - A planilha formadora de custos seguirá o modelo constante do Anexo III-A, da Instrução Normativa n. 05/2017, e suas alterações, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DA CONTA VINCULADA:

6.1 - A Contratada poderá solicitar, durante a execução do Contrato, desde que comprove tratar-se de empregados alocados para a prestação de serviços contratados e apresente a documentação exposta no Anexo III do Termo de Referência, autorização da Contratante para:

I - resgatar da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do art. 4º da Resolução CNJ n. 169/2013;

II - movimentar os recursos da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - diretamente para a conta corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do art. 4º da Resolução CNJ n. 169/2013.

6.1.1 - A comprovação da alocação ocorre com a apresentação de declaração de que o funcionário esteve alocado nas dependências da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO, em determinado período, devendo estar assinada pelo representante legal da Contratada e ratificada pelo fiscal técnico, conforme Anexo IV.

6.1.2 - Após a movimentação da conta depósito vinculada para a conta corrente do empregado, na hipótese do inciso II, a empresa deve apresentar à Contratante, no prazo de 10 (dez) dias, a documentação comprobatória de quitação das verbas trabalhistas, conforme item 1 do Anexo III - Documentação Necessária para Solicitação de Autorização de Resgate.

6.2 - O resgate dos recursos da conta depósito vinculada bloqueada para movimentação previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, mediante apresentação à Unidade competente desta Seção Judiciária, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 5.1;

6.3 - A solicitação de resgate da Contratada, a ser encaminhada por e-mail informado pelo gestor do contrato, deverá conter:

- Planilha com os valores a serem resgatados, consoante Anexo II;

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

4/9

- Documentação comprobatória, conforme Anexo III;
- Dados bancários da empresa ou dos funcionários;
- Declaração assinada pelo representante da contratada e ratificada pelo fiscal técnico, conforme ANEXO ao presente Termo.

Cada arquivo deve ser enviado em formato PDF, no tamanho máximo de 10MB, para o e-mail institucional informado pelo gestor do Contrato.

Caso haja divergência, a Contratada terá acesso à memória de cálculo dos valores retidos elaborada pela Contratante, sempre que solicitado.

6.4 - A Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.2, após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à Instituição Financeira no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada;

6.5 - A Contratante poderá requerer a complementação ou a correção da documentação apresentada pela Contratada caso seja constatada alguma irregularidade, circunstância que interromperá o prazo do item 6.4;

6.6 - No caso do encerramento da vigência do contrato, se após os resgates indicados no item 6.1 houver saldo na conta depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela Contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da Contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual;

6.7 - Se realizados os pagamentos explicitados no item anterior e ainda assim houver saldo na conta depósito vinculada, a Contratante somente autorizará a movimentação da referida conta pela Contratada após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo;

6.8 - Todos os termos da Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº 183/2013 e nº 248/2018, e da Instrução Normativa nº 01/2016 do Conselho da Justiça Federal, deverão ser observados na execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO:

7.1 - Será admitida a repactuação do valor contratual de forma a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da variação de custos do serviço, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo a que a proposta se referir.

7.2 - A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria, e, para os demais insumos, cujos valores não sejam definidos por legislação específica convenção coletiva de trabalho, deverá ser encaminhada planilha com a comprovação da variação dos custos e formação de preços que fundamentam a repactuação estabelecido o IPCA do IBGE como índice máximo;

7.3 - Nas repactuações subsequentes à primeira, será contado o prazo de 01 (um) ano a partir da data da última repactuação ocorrida;

7.4 - A repactuação deverá ser pleiteada pela Contratada até a data da prorrogação contratual, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

8.1 - A vigência do presente Termo é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 06/12/2022, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo artigo 57, II da Lei 8.666/93;

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

5/9

8.2 - Em eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação, nos termos do que dispõe o art. 19, inciso XVII da Instrução Normativa nº 02/2008 da SLTI/MPOG.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

9.1 – Provisoriamente, no ato da apresentação da Nota Fiscal correspondente aos serviços prestados no mês anterior;

9.2 – Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 – As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta dos recursos específicos consignados à Contratante no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho: PTRES 108312
Elemento de Despesa: 339037
Nota de Empenho: 2022 NE 542

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

11.1 - A Contratada prestará garantia contratual nos termos do art. 55, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, de R\$ 31.668,46 (trinta e um mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, em até 15 (quinze) dias da assinatura do mesmo;

11.2 – Caso a garantia contratual seja apresentada sob a forma de seguro-garantia ou fiança bancária, o documento pertinente deverá cobrir inclusive, de forma explícita, débitos trabalhistas e previdenciários, eventualmente contraídos pela Contratada, bem como relativos a multas administrativas contratuais por inexecução, devendo ter a validade de 3 (três) meses após o término da vigência ou da rescisão contratual, nos termos do Inciso XIX do §3º do art. 19 da IN SLTI nº 02/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1 - Cumprir com todas as obrigações discriminadas no Termo de Referência do Edital do Pregão referido no preâmbulo;

12.2 - Entregar ao banco indicado pela Contratante, no prazo de 20 dias a documentação necessária para abertura de conta corrente vinculada e para assinatura de Termo Específico da instituição financeira oficial que permita acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores à autorização da Contratante, a citada conta é totalmente isenta de tarifas, exceto as transferências para outros bancos;

12.3 - Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão em referência;

12.4 - Manter em situação empregatícia regular e legal os empregados que prestarem serviços nas dependências da Contratante, obedecendo as normas do Ministério do Trabalho, reservando-se a Contratante o direito de exigir a sua comprovação sempre que julgar necessário;

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

6/9

12.5 - Obedecer rigorosamente às normas vigentes de segurança e medicina do trabalho, para todos os tipos de atividade, sendo responsável por quaisquer danos físicos ou pessoais decorrentes de acidentes que venha a provocar;

12.6 - Fornecer aos seus empregados crachás com fotografias, uniformes completos, vale-refeição no valor acordado no dissídio coletivo da categoria, seguro de acidentes pessoais e vale-transporte (em conformidade com a Lei 7418/85 e Decreto 95.247/87), bem como os equipamentos de proteção individual, adequados à execução dos serviços;

12.7 - Responder pelos danos causados diretamente a SJRJ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

12.8 - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, praticadas por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Contratante;

12.9 - Assumir todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

12.10 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na Legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

12.11 - Assumir todos os encargos fiscais, trabalhistas, comerciais, civis ou penais, relacionados à prestação dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

12.12 - Fornecer a cada empregado um roupeiro para vestiário e um cadeado com duas chaves cada um, na forma estabelecida no Item J do Termo de Referência;

12.13 - A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos subitens 12.10 a 12.12, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

12.14 - O pagamento dos salários dos empregados pela empresa CONTRATADA deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;

12.15 - A Contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

12.16 - A Contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

12.17 - A Contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

12.18 - A Contratada obriga-se a enviar, junto com a nota fiscal, mensalmente, por meio de e-mail à fiscalização, planilhas de frequência e ausência, em formato ".pdf" e ".xlsx", conforme anexos I e II. A frequência no formato .pdf deve estar assinada pela Contratada;

12.19 - A Contratada deve encaminhar, mensalmente, por meio de e-mail, a planilha de ausências, conforme Anexo II;

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJE0F202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EQF-2022/01101

7/9

12.20 - A Contratada deve informar aos colaboradores, quanto a possibilidade de a fiscalização administrativa da Contratante obter a informação de dados pessoais de colaboradores, direto do banco de dados do INSS;

12.21 - Comprovar periodicamente o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei n. 8.213/1991, o conforme art. 10 da Resolução n.º 401-CNJ, de 16/06/2021.

12.22 - A Contratada deverá realizar o tratamento de dados pessoais em conformidade com a Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e a RESOLUÇÃO N.º TRF2-RSP-2022/00031, de 01/04/2022, que estabelece a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, disponível em: <http://www10.trf2.jus.br/portal/wp-content/uploads/sites/28/2022/04/rsp-2022-31.pdf>.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

13.2 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não deve ser interrompida;

13.3 - Rejeitar e exigir a substituição de qualquer material/serviço executado em desacordo com o Termo de Referência;

13.4 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:

14.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

15.1 - Aplica-se o disposto no art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

16.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações, dentro das condições estabelecidas por este Contrato, poderá sujeitá-la às penalidades dispostas no item 12 do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo e às sanções administrativas previstas no item 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

17.1 - Fazem parte integrante do presente Termo de Contrato, independente de transcrição, os documentos a seguir discriminados:

- Edital do Pregão n.º 82/2022 e seus anexos;
- Proposta da Contratada apresentada em 24/10/2022.

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

8/9

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:

18.1 - O presente Contrato será publicado, pela Contratante, no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, consoante Portaria nº RJ-PGD-2010/00028 DE 10/03/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

19.1 - O Contrato poderá ser aditado nos termos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas;

19.2 - A inadimplência da Contratada, com referência a encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

19.3 - A Contratada poderá ser responsabilizada pelo pagamento, a título de indenização, da despesa com a publicação no Diário Oficial da União, nos casos de rescisão contratual unilateral e demais penalidades, de acordo com o parágrafo 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 416 do Código Civil;

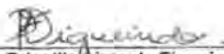
19.4 - É vedado à Contratada empregar cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive de ocupantes de funções de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1 - Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Termo de Contrato.

Osair Victor de Oliveira Junior
Juiz Federal – Vice-Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO


Priscilla Lima de Figueiredo
SLM RECURSOS HUMANOS LTDA

11.192.894/0001-85
SLM RECURSOS HUMANOS LTDA

RUA MEXICO, 21 / 1401A
CENTRO - CEP 20031-144

RIO DE JANEIRO - RJ

Classificação documental: 04.107.000



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EQF-2022/01101

9/9

ANEXO 1 AO TERMO DE CONTRATO Nº 35/2022

Conta Vinculada

MARCENEIRO	
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Total Férias + 1/3 constitucional + 13º salário	21,21
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Percentual de Encargos previdenciários e FGTS	37,97
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	8,05
Subtotal	33,62
Remuneração Total em R\$	2.115,01
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	711,07
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.422,14

AUXILIAR DE MARCENEIRO	
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Total Férias + 1/3 constitucional + 13º salário	21,21
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Percentual de Encargos previdenciários e FGTS	37,97
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	8,05
Subtotal	33,62
Remuneração Total em R\$	1.436,83
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	483,06
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	966,12

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada	R\$ 2.388,26
--	--------------

Assinatura

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.
Autenticado digitalmente por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 3558096.31833186-3456 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3558096.31833186-3456>



JFRJEOF202201101V02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

1/4

JFRJ-INC-2023/00264

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 35/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MARCENARIA, QUE FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Diretor do Foro, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SLM RECURSOS HUMANOS LTDA**, estabelecida na Rua México, nº 21, apt. 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº **11.192.894/0001-85**, representada neste ato pelo Sr. Jorge Rodrigues Moreira, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº 82/2022, firmam o presente Termo, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.846/13, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e, sujeitas as partes a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 - Correção dos valores contratuais em razão de alteração do FAP, a partir de 1º de janeiro de 2023;
- 1.2 - Repactuação em virtude da Primeira Parcela da Convenção Coletiva das categorias profissionais abrangidas pelo Acordo, a partir de 1º de março de 2023;
- 1.3 - Aumento do valor do Seguro em Grupo, Prêmio de Assiduidade e Auxílio Alimentação, em razão da 1ª parcela da Convenção Coletiva, a partir de 01 de maio de 2023;
- 1.4 - Repactuação em face da Segunda Parcela da Convenção Coletiva das categorias profissionais abrangidas pelo Acordo, a partir de 1º de agosto de 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

- 2.1 - O valor deste Termo Aditivo é de R\$ 15.437,36 (quinze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos);
- 2.2 - Em decorrência do presente aditamento, a Contratante pagará à Contratada, pelos serviços objeto do Contrato, os valores mensais abaixo discriminados:
 - R\$ 26.256,80 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), para os meses de janeiro e fevereiro/2023;
 - R\$ 26.721,04 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e um reais e quatro centavos), para os meses de março e abril/2023;
 - R\$ 26.822,82 (vinte e seis mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos), para os meses de maio a julho/2023;
 - R\$ 27.240,64 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), a partir de agosto/2023, conforme planilha a seguir:

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
Marceneiro	02	7.590,85	15.181,70
Auxiliar de Marceneiro	02	6.029,47	12.058,94
TOTAL			27.240,64

Classificação documental: 04.107.00



JFRJINC202300264A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

2/4

2.3 - Fica alterado o valor global da contratação para R\$ 648.806,48 (seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e seis reais e quarenta e oito centavos), inclusos todos os impostos e taxas vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETENÇÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA DO DEPÓSITO VINCULADO:

3.1 - Em função deste aditamento, ficam alteradas as planilhas referentes à provisão de encargos trabalhistas, constante do item 5.2 da Cláusula Quinta do Contrato, conforme o Anexo do presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta dos recursos específicos consignados à Contratante no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho: PTRES 168312

Elemento de Despesa: 339037

Nota de Empenho: 2023 NE 123

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1 - Em razão deste aditamento, a Contratada deverá apresentar complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 771,87 (setecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Termo, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, em até 15 (quinze) dias da assinatura digital pela Contratante, nos termos do item 11.2 do Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1 - O presente Termo será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, consoante Portaria nº RJ-PGD-2010/00028 de 10/03/2010.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

7.1 - Continuam em vigor as demais cláusulas do Contrato.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o Termo Aditivo nº 01.

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes
Juiz Federal – Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

Jorge Rodrigues Moreira
SLM RECURSOS HUMANOS LTDA

Classificação documental: 04.107.00





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

3/4

ANEXO - TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 35/2022
CONTA VINCULADA

RUBRICAS E PERCENTUAIS DE RETENÇÃO	
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Total Férias + 1/3 constitucional + 13º salário	21,21
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Percentual de Encargos previdenciários e FGTS	36,80
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	7,81
Subtotal	33,38

A partir de 01/01/2023:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.115,01
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	705,99
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.411,98

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.436,83
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	479,61
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	959,22

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/01/2023	R\$ 2.371,20
---	---------------------

A partir de 01/03/2023:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.178,46
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	727,17
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.454,34

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.479,93
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	494,00
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	988,00

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/03/2023	R\$ 2.442,34
---	---------------------

Classificação documental: 04.107.00



JFRJNC202300264A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

4/4

A partir de 01/08/2023:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.235,57
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	746,23
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.492,46

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.518,73
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	506,95
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.013,90

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/08/2023	R\$ 2.506,36
---	---------------------

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por JORGE RODRIGUES MOREIRA - REPRESENTANTE LEGAL / SLM - 11/09/2023 às 16:43:25 e
EDUARDO ANDRE BRANDAO DE BRITO FERNANDES - JUIZ FEDERAL / DIRFO - 13/09/2023 às 16:40:58.
Autenticado com senha por VANESSA ESTEVAM GOMES - ASSISTENTE II / SCONT - 12/09/2023 às 12:02:42.
Documento Nº: 3871022-8625 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3871022-8625>



JFRJNC202300264A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

1/3

JFRJ-INC-2024/00049

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 35/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MARCENARIA, QUE FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Diretor do Foro, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SLM RECURSOS HUMANOS LTDA**, estabelecida na Rua México, nº 21, apt. 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº **11.192.894/0001-85**, representada neste ato pelo Sr. Jorge Rodrigues Moreira, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº 82/2022, firmam o presente Termo, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.846/13, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e, sujeitas as partes a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 - Correção dos valores contratuais em razão de alteração do FAP, a partir de 1º de janeiro de 2024;
- 1.2 - Repactuação em virtude da Convenção Coletiva de 2024/2026 das categorias profissionais abrangidas pelo Acordo, a partir de 1º de março de 2024;
- 1.3 - Alteração do benefício Auxílio Alimentação em razão da citada Convenção, a partir de 01 de abril de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

- 2.1 - O valor deste Termo Aditivo é de R\$ 8.609,48 (oito mil, seiscentos e nove reais e quarenta e oito centavos);
- 2.2 - Em decorrência do presente aditamento, a Contratante pagará à Contratada, pelos serviços objeto do Contrato, os valores mensais abaixo discriminados:
 - R\$ 27.273,20 (vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais e vinte centavos), para os meses de janeiro e fevereiro/2024;
 - R\$ 28.092,66 (vinte e oito mil, noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), para o mês de março/2024;
 - R\$ 28.182,56 (vinte e oito mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), a partir do mês de abril/2024, conforme planilha a seguir:

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
Marceneiro	02	7.866,95	15.733,90
Auxiliar de Marceneiro	02	6.224,33	12.448,66
TOTAL			28.182,56

- 2.3 - Fica alterado o valor global da contratação para R\$ 657.415,96 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e seis centavos), inclusos todos os impostos e taxas vigentes.

Classificação documental: 04.107.00



JFRJINC202400049A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

2/3

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETENÇÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA DO DEPÓSITO VINCULADO:

3.1 - Em função deste aditamento, ficam alteradas as planilhas referentes à provisão de encargos trabalhistas, constante do item 5.2 da Cláusula Quinta do Contrato, conforme o Anexo do presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta dos recursos específicos consignados à Contratante no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho: PTRES 168312
Elemento de Despesa: 339037
Nota de Empenho: 2024 NE 98

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1 - Em razão deste aditamento, a Contratada deverá apresentar complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 430,47 (quatrocentos e trinta reais e quarenta e sete centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Termo, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, em até 15 (quinze) dias da assinatura digital pela Contratante, nos termos do item 11.2 do Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1 - O presente Termo será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, consoante Portaria nº RJ-PGD-2010/00028 de 10/03/2010.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

7.1 - Continuam em vigor as demais cláusulas do Contrato e seu aditamento.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o Termo Aditivo nº 02.

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes
Juiz Federal – Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

Jorge Rodrigues Moreira
SLM RECURSOS HUMANOS LTDA

Classificação documental: 04.107.00



JFRJNC202400049A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

3/3

ANEXO - TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 35/2022
CONTA VINCULADA

RUBRICAS E PERCENTUAIS DE RETENÇÃO	
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Total Férias + 1/3 constitucional + 13º salário	21,21
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Percentual de Encargos previdenciários e FGTS	37,07
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	7,86
Subtotal	33,43

A partir de 01/01/2024:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.235,57
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	747,35
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.494,70

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.518,73
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	507,71
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.015,42

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/01/2024	R\$ 2.510,12
---	--------------

A partir de 01/03/2024:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.347,34
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	784,72
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.569,44

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.594,67
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	533,10
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.066,20

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/03/2024	R\$ 2.635,64
---	--------------

Classificação documental: 04.107.00



JFRJNC202400049A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

1/2

JFRJ-INC-2024/00129

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 35/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MARCENARIA, QUE FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Diretor do Foro, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SLM RECURSOS HUMANOS LTDA**, estabelecida na Rua México, nº 21, apt. 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 11.192.894/0001-85, representada neste ato pelo Sr. Jorge Rodrigues Moreira, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº 82/2022, firmam o presente Termo, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.846/13, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e, sujeitas as partes a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – Prorrogação da vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1 – Fica prorrogado o prazo estabelecido na Cláusula Oitava do Contrato para o período de 06/12/2024 a 05/12/2026, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 – O valor deste Termo Aditivo é de R\$ 676.381,44 (seiscentos e setenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos);

3.2 – Fica alterado o valor global da contratação para R\$ 1.333.797,40 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), inclusos todos os impostos e taxas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta dos recursos específicos consignados à Contratante no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho: PTRES 168312
Elemento de Despesa: 339037
Nota de Empenho: 2024 NE 98

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1 – Em razão deste aditamento, a Contratada deverá apresentar garantia contratual, no valor de R\$ 33.819,07 (trinta e três mil, oitocentos e dezenove reais e sete centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Termo, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, em até 15 (quinze) dias da assinatura digital pela Contratante, nos termos do item 11.2 do Termo de Contrato.

Classificação documental: 04.107.00



JFRJINC202400129A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-2022/01101

2/2

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1 - O presente Termo será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, consoante Portaria nº RJ-PGD-2010/00028 de 10/03/2010.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

7.1 - Continuam em vigor as demais cláusulas do Contrato e seus aditamentos.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o Termo Aditivo nº 03.

Eduardo André Brandão de Brito Fernandes
Juiz Federal – Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

Jorge Rodrigues Moreira
SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.

Classificação documental: 04.107.00



Assinado com senha por JORGE RODRIGUES MOREIRA - REPRESENTANTE LEGAL / SLM - 18/10/2024 às 09:50:14 e
EDUARDO ANDRE BRANDAO DE BRITO FERNANDES - JUIZ FEDERAL / DIRFO - 18/10/2024 às 16:43:49.
Autenticado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU - SUPERVISOR / SCONT - 18/10/2024 às 12:06:50.
Documento Nº: 4250012-6371 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4250012-6371>



JFRJINC202400129A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

APOSTILA SJRJ 0905182

Processo: SEI [0004011-59.2025.4.02.8001](#)

Contrato: nº 35/2022

Objeto: Serviço de Marcenaria

Contratada: SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 35/2022

O Juiz Federal – Diretor do Foro da Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, resolve:

Definir os endereços dos itens 25 e 26 do Anexo V – Locais de Execução, do Termo de Referência que integra o Contrato, como Rua Coronel Serrado, nº 1.560, Bairro Zé Garoto, São Gonçalo/RJ e Rua Ignácio Marins Coutinho, nº 47, 9º andar – Centro – Itaboraí/RJ, respectivamente.

Renato César Pessanha de Souza

Juiz Federal – Diretor do Foro

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA**, Diretor do Foro, em 08/04/2025, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0905182** e o código CRC **3D447B04**.

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

TERMO ADITIVO Nº 04PROCESSO [0004011-59.2025.4.02.8001](#)**TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 35/2022 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MARCENARIA, QUE FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.**

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Diretor do Foro, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SLM RECURSOS HUMANOS LTDA**, estabelecida na Rua México, nº 21, apt. 1401, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ nº 11.192.894/0001-85, representada neste ato pelo Sr. Jorge Rodrigues Moreira, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº 82/2022, firmam o presente Termo, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.846/13, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e, sujeitas as partes a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

- 1.1 - Correção dos valores contratuais em razão de alteração do FAP, a partir de 1º de janeiro de 2025;
- 1.2 - Repactuação em virtude da 1ª parcela da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027 das categorias profissionais abrangidas pelo Acordo, a partir de 1º de março de 2025;
- 1.3 - Repactuação em face da 2ª parcela da referida Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027, a partir de 1º de maio de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

- 2.1 - O valor deste Termo Aditivo é de R\$ 24.215,28 (vinte e quatro mil, duzentos e quinze reais e vinte e oito centavos);
- 2.2 - Em decorrência do presente aditamento, a Contratante pagará à Contratada, pelos serviços objeto do Contrato, os valores mensais abaixo discriminados:
- R\$ 28.272,52 (vinte e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), para os meses de janeiro e fevereiro/2025;
 - R\$ 29.144,14 (vinte e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), para os meses de março e abril/2025;
 - R\$ 29.336,24 (vinte e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), a partir do mês de maio/2025, conforme planilha a seguir:

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
Marceneiro	02	8.205,32	16.410,64
Auxiliar de Marceneiro	02	6.462,80	12.925,60
TOTAL	04		29.336,24

2.3 - Fica alterado o valor global da contratação para R\$ 1.358.012,68 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, doze reais e sessenta e oito centavos), inclusos todos os impostos e taxas vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETENÇÃO DE VERBA INDENIZATÓRIA DO DEPÓSITO VINCULADO:

3.1 - Em função deste aditamento, ficam alteradas as planilhas referentes à provisão de encargos trabalhistas, constante do item 5.2 da Cláusula Quinta do Contrato, conforme o Anexo do presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - As despesas decorrentes deste Termo correrão à conta dos recursos específicos consignados à Contratante no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho: PTRES 168312

Elemento de Despesa: 339037

Nota de Empenho: 2025 NE 103

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1 - Em razão deste aditamento, a Contratada deverá apresentar complementação da garantia contratual, no valor de R\$ 1.210,76 (mil, duzentos e dez reais e setenta e seis centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do presente Termo, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, em até 15 (quinze) dias da assinatura digital pela Contratante, nos termos do item 11.2 do Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

6.1 - O presente Termo será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, consoante Portaria nº RJ-PGD-2010/00028 de 10/03/2010.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO:

7.1 - Continuam em vigor as demais cláusulas do Contrato e seus aditamentos.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o Termo Aditivo nº 04.

Renato César Pessanha de Souza
Juiz Federal – Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

Jorge Rodrigues Moreira
SLM RECURSOS HUMANOS LTDA.

RUBRICAS E PERCENTUAIS DE RETENÇÃO	
Férias + 1/3 constitucional	12,12
13º Salário	9,09
Total Férias + 1/3 constitucional + 13º salário	21,21
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	4,36
Percentual de Encargos previdenciários e FGTS	37,78
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	8,01
Subtotal	33,58

A partir de 01/01/2025:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.347,34
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	788,24
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.576,48

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.594,67
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	535,49
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.070,98

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/01/2025	R\$ 2.647,46
---	--------------

A partir de 01/03/2025:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.464,71
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	827,65
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.655,30

Auxiliar de Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	1.674,40
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	562,26
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.124,52

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/03/2025	R\$ 2.779,82
---	--------------

A partir de 01/05/2025:

Marceneiro	
Remuneração Total em R\$	2.477,15
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	831,83
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.663,66

Auxiliar de Marceneiro	
------------------------	--

Remuneração Total em R\$	1.682,86
Valor a ser retido mensalmente por funcionário em R\$	565,10
Quantidade de Funcionários	2
Valor Total a ser retido mensalmente da categoria em R\$	1.130,20

Valor Total a ser retido mensalmente da Contratada a partir de 01/05/2025	R\$ 2.793,86
---	--------------



Documento assinado eletronicamente por **SLM RECURSOS HUMANOS LTDA** registrado(a) civilmente como **JORGE RODRIGUES MOREIRA**, Usuário Externo, em 12/08/2025, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO CÉSAR PESSANHA DE SOUZA**, Diretor do Foro, em 15/08/2025, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1144765** e o código CRC **D3D1B48A**.